

## PROCESSO Nº: 17 / 2024

**Processo:** 17 / 2024

**Data de entrada:** 19 de Janeiro de 2024

**Autor:** Chefe do Executivo

**Ementa:** VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei nº 304/2023, de autoria do Vereador Herberth Sena, que "Dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizados pela administração pública municipal", conforme mensagem nº 017/2024.

**Despacho Inicial:**



\_\_\_\_\_**NORMA JURIDICA**\_\_\_\_\_



C

C

CIVIL - PROCESSO  
10.17/24  
FOLHA 02



PREFEITURA DO  
**NATAL**

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
Párcio Padre Miguelinho  
Gabinete da Presidência

Recebido em 20/02/24 Hora 14:58

Roguel Pontes

**MENSAGEM Nº. 017/2024**

A Sua Excelência o Senhor

Eriko Samuel Xavier de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Natal

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO  
DE 19 DE 01 DE 2024

AO SETOR LEGISLATIVO

Em, 20/02/24

Simone Aguiar  
Ass. Parlamentar  
Presidência

Em 19 de janeiro de 2024.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 304/2023**, de autoria do Vereador Herberth Sena, aprovado em sessão plenária realizada no dia 21 de dezembro de 2023, e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de 29 de dezembro de 2023, o qual "*Dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizados pela administração pública municipal*", por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando o art. 22, XXVII da Constituição Federal, na forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

**RAZÕES DE VETO INTEGRAL**

Como se vê, a partir da análise do teor do Projeto de Lei em questão, pretende o Poder Legislativo Municipal proibir que ocorra a contratação de agentes políticos para apresentação artística em eventos, os quais tenham incentivo direto ou indireto de recursos públicos municipais.

Da análise dos autos, vê-se que tal proposição não merece prosperar em razão da inconstitucionalidade formal que a macula, consistente na invasão da competência

**RECEBIDO**  
EM, 20/02/24  
ÀS 18:26 h



privativa da União Federal para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades.

Nesse sentido, vejamos os termos do art. 22 da Constituição Federal:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

O projeto em análise, ao pretender proibir o recebimento dos medicamentos com determinados prazos de validade, extrapola o âmbito normativo do Município e invade esfera de competência privativa da União Federal, sobretudo ao se verificar que a questão não guarda qualquer particularidade ou predominância de interesse local.

Nesse sentido, é o entendimento do STF:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. LEI MUNICIPAL N. 5.843/2015. PROIBIÇÃO DE CONTRATAR: COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (STF - AgR RE: 1192869 RJ - RIO DE JANEIRO 0061514-90.2016.8.19.0000, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 20/03/2020, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-072 26-03-2020)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI PARANAENSE N. 17.081/2012. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. VÍCIO FORMAL DE INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO: INC. XXVII DO ART. 22 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. Ao se determinar que o poder público adquira o mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) dos bens e serviços definidos em sistema de registro de preços, na Lei estadual se invadiu a competência privativa da União para estabelecer normas gerais sobre licitação e



contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, prevista no inc. XXVII do art. 22 da Constituição da República. 2. No § 4º do art. 15 da Lei n. 8.666/1993 se dispõe que 'a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições'. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente (STF – ADI 4.748, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe 27.9.2019)

Deste modo, pelas razões acima expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, **VETO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 304/2023**, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando o art. 22, XXVII da Constituição Federal.

Atenciosamente,

**ÁLVARO COSTA DIAS**

Prefeito

10

11

12



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

CMA - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA: 04

### **DESPACHO**

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 17/24 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de \_\_\_\_\_ dias, por se encontrar no regime de tramitação \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 52, \_\_\_\_\_, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 27 de Fevereiro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE**

### **PARECER**

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☐ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**LEONARDO SCHERMA NEPOMUCENO**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

C

K



CMM - PROCESSO  
Nº 17124  
FOLHA 03



Câmara Municipal do Natal  
Departamento Legislativo

**CÓPIA**

**RECEBIDO**

Recebido em: 29/12/2023

Por: [Assinatura]

Aécio Tavares do Amaral

HR. 10:13

Natal, 26 de dezembro de 2023.

OFÍCIO Nº 508/2023-RF

Excelentíssimo Senhor  
**DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS**  
Prefeito da Capital  
Nesta.

**Assunto: Encaminhando Projeto de Lei nº 304/2023, de autoria do Vereador Herberth Sena.**

Senhor Prefeito,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 304/2023**, de autoria do Vereador Herberth Sena, aprovado em sessão plenária realizada no dia 21 de dezembro de 2023, que *"Dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal"*.

Atenciosamente,

  
ERIKO JÁCOME

Presidente da Câmara Municipal do Natal

1

2



C.M.N. - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA: 06

OF: 508/23  
PL: 304/23  
Autor: Herbath Sena  
Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal  
\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
PREFEITO

LEI Nº \_\_\_\_\_

*Dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal.*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL,**  
FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Veda o recebimento de medicamento com prazo de validade inferior a 18 meses, a contar da data da entrega do produto nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal.

**Art. 2º** Veda o recebimento de medicamento de uso imediato que tenha ultrapassado 25% do seu prazo de validade nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela Administração Pública Municipal.

**Parágrafo único.** Considera-se de uso imediato o medicamento utilizado para campanhas de vacinação.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Natal, 21 de dezembro de 2023.

  
Eriko Jácome

- Presidente

Aldo Clemente

- Primeiro Secretário

Felipe Alves

- Segundo Secretário

2

3

**PROCESSO Nº: 304 / 2023**

CM.M - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA 07

**Projeto de Lei:** 304 / 2023

**Data de entrada:** 10 de Maio de 2023

**Autor:** Herberth Sena

**Protocolo:** 2520 / 2023

**Ementa:** Dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal.

Of 508/23

**Despacho Inicial:**

\_\_\_\_\_**NORMA JURIDICA**\_\_\_\_\_

‘

‘



**Palácio Padre Miguelinho**  
Gabinete do Vereador Herberth Sena

CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 304/2023  
FOLHA: 02 de 8

**PROJETO DE LEI Nº 304 /2023**

CMN - PROCESSO  
Nº 17124  
FOLHA: 02

*Dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO NATAL,**

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei:

**Art. 1º** Veda o recebimento de medicamento com prazo de validade inferior a 18 meses, a contar da data da entrega do produto nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal.

**Art. 2º** Veda o recebimento de medicamento de uso imediato que tenha ultrapassado 25% do seu prazo de validade nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela Administração Pública Municipal.

**Parágrafo único.** Considera-se de uso imediato o medicamento utilizado para campanhas de vacinação.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**HERBERTH  
SENA**

Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN - CEP: 59012-120  
e-mail: [vereador.hs@gmail.com](mailto:vereador.hs@gmail.com)  
Telefone: (84) 3232-2467  
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena

1

2





**Palácio Padre Miguelinho**  
*Gabinete do Vereador Herberth Sena*

CMN - PROCESSO  
Nº 17124  
FOLHA: 09

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Natal.

Plenário “Vereador ÉRICO HACKRDT”, Palácio Padre Miguelinho

CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 50412024  
FOLHA: 038

Natal/RN, 10 de maio de 2023.

*Herberth Sena*

**HERBERTH SENA**  
**VEREADOR-PSDB**

**HERBERTH**  
**SENA**

Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN – CEP: 59012-120  
e-mail: [vereador.hs@gmail.com](mailto:vereador.hs@gmail.com)  
Telefone: (84) 3232-2467  
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena





CMN - PROCESSO  
Nº 7124  
FOLHA: 10

CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 304/2023  
FOLHA: 04 8

**Palácio Padre Miguelinho**  
*Gabinete do Vereador Herberth Sena*  
**JUSTIFICATIVA**

É cediço que o processo de compra de medicamentos no setor público é complexo e exige o cumprimento de normas legais e administrativas e requer, ainda, que se realize uma rigorosa seleção do que comprar; uma programação de quanto e quando comprar e como fazer tal aquisição, a fim de evitar a descontinuidade do abastecimento.

Nesse contexto, cumpre ao Poder Público zelar por melhores condições para que isso não ocorra e, assim, justifica-se o presente Projeto de Lei, que visa contribuir para que os medicamentos adquiridos com recursos municipais próprios ou transferidos sejam recebidos pelas unidades de saúde com maior prazo para sua utilização.

Tal medida objetiva, ainda, que não haja desperdício de recursos públicos pelo descarte de medicamentos por vencimento do prazo de validade antes da necessidade de sua utilização.

Por tais razões, apresentamos este Projeto de Lei ao Plenário da Câmara dos Vereadores, rogando aos nossos pares a apreciação e aprovação da matéria.

*Herberth Sena*

**HERBERTH SENA**  
**VEREADOR PSDB**



Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN - CEP: 59012-120  
e-mail: [vereador.hs@gmail.com](mailto:vereador.hs@gmail.com)  
Telefone: (84) 3232-2467  
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena

1

2

CMN - PROCESSO  
Nº 17154  
FOLHA 11

CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 304/2023  
FOLHA 08



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

NATAL  
TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

### DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 304/2023 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de \_\_\_\_\_ dias, por se encontrar no regime de tramitação \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 52, \_\_\_\_\_, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 10 de maio de 2023.

\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE**

### PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☒ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☒ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 10 de maio de 2023.

\_\_\_\_\_  
**PROCURADOR**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

C

C



CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 304/2023  
FOLHA: 068.

*Câmara Municipal de Natal*

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO  
Nº 17/174  
FOLHA: 12


PROJETO DE LEI	304/2023
AUTOR(A)	Vereador Herberth Sena
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição em tramitação ou já convertida em Lei semelhante a esta nesta Casa Legislativa.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.

Natal, 31 de Maio de 2023.

  
**José Dário da Silva Junior**  
Assessor Técnico Administrativo  
MAT.: 5412722

‘

‘



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

DESIGNO O VEREADOR (A) Ramires

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS  
INICIANDO EM, 06/06/23

  
\_\_\_\_\_  
VER. NINA SOUZA  
PRESIDENTE

1

2



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

CMN - PROJETO DE LEI

Número: 304/23

Folhas: 083

VEREADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

GABINETE DO VEREADOR RANIERE BARBOSA

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

CMN - PROCESSO

Nº 17/24

FOLHA: 14

**Objeto:** Parecer ao Projeto de Lei Nº. 304/2023

**Assunto:** Dispõe sobre prazo de validade dos edicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública.

**Autor(a):** Ver. Herberth Sena

**PARECER - 068/2023**

**Ementa:** Análise de projeto de lei.

**Comissão de justiça. Parecer pela constitucionalidade favorável.**

**I - DO RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Nº. 304/2023, que ora tramita nesta Casa Legislativa por interesse do(a) **Vereador(a) Herberth Sena**, baixou à Comissão de Justiça, Legislação, Justiça e Redação Final, estando sob a incumbência deste Relator, ora signatário, para a emissão de Parecer, notadamente sob os prismas constitucional, legal, regimental e técnico-formal.

O projeto veio acompanhando de sua minuta e justificativa para proposição.

Consta nos autos Certidão do Departamento Legislativo atestando a **inexistência** de proposição similar em tramitação ou já convertida em lei semelhante.

É o que importa relatar.

**II - DO FUNDAMENTO**

A matéria que se propõe a tratar a proposição legislativa será analisada sobre os aspectos legais e constitucionais cabíveis.





Quanto à constitucionalidade formal subjetiva, ou seja, à iniciativa do projeto de Lei, verifica-se que as normas que se pretende introduzir pela presente propositura possuem natureza jurídica, consistindo em desdobramento normativo, no plano local, de disposição principiológica imposta a todos os entes federados por força do inciso III do art. 1º da CF/88.

Tais leis são de iniciativa comum aos Poderes Executivos e Legislativos, mesmo quando, de modo genérico e abstrato, prevejam mecanismos que imponham sanção ao obrigação.

Isso se dá porque a fiscalização sobre a observância da ordem jurídica vigente é função típica do Poder Legislativo e, assim sendo, o fato de uma determinada norma de iniciativa de um vereador prever sanção genérica para sua desobediência não implica em criação de obrigação ao Poder Executivo.

A partir da Constituição Federal de 1988, marcada pela prevalência dos direitos fundamentais, especialmente no que diz respeito à centralidade do princípio da legalidade (hoje compreendido de forma mais holística como *juridicidade*), estatuída no inciso II do art. 5º da CF/88, bem como, por indispensável consideração ao princípio democrático previsto no parágrafo único do art. 1º, entende-se que a legitimidade para iniciar o processo legislativo em matéria atinente à concretização de direitos fundamentais é comum aos Poderes Executivo e Legislativo.

De início, como sói acontecer, clarificamos que a presente fundamentação está alicerçada nas competências desta Comissão, no que explicita o Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal (RICMN), *verbis*:

**Art. 62 - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final tem as seguintes áreas de atividades:**

**I - Aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de**





**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

CMN - PROJETO DE LEI  
Número: 304/13  
Folhas: 103

**VEREADOR**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO  
GABINETE DO VEREADOR RANIERE BARBOSA

C.M.N. - PROCESSO  
Nº 17/24

**todas as proposições sujeitas à apreciação da  
Câmara;**

No mérito, Trata-se de Projeto de Lei de autoria do(a) Vereador(a) Herberth Sena que dispõe sobre prazo de validade dos edicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública.

O autor pontua interesse social e eficiência administrativa relacionado à matéria em questão. Isso pois, o texto legal dispõe sobre veta o recebimento por parte dos órgãos públicos de medicamentos com prazo de validade inferior a 18 meses.

Nesse diapasão, é possível afirmar que o Projeto de Lei efetivamente atende às necessidades do Município do Natal/RN, apresenta medidas que há de ter as suas diretrizes e regimentos revisadas e direcionadas pela secretaria ou órgão competente.

Ante o exposto, por zelo e respeito ao devido processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final — nos termos do art. 53 do Regimento Interno desta Casa —, à qual cabe analisar o projeto quanto à constitucionalidade e conformidade com os princípios do nosso ordenamento jurídico.

Nesse ínterim, analisando o Projeto de Lei, verifica-se que a matéria em comento se ajusta à competência legislativa municipal, uma vez que legislaria sobre um assunto de interesse local, conforme estabelece o art. 30, inciso I, da Constituição Federal. Vejamos:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

**1 - Legislar sobre assuntos de interesse local;**

2

2





Merece igualmente ênfase o disposto na Lei Orgânica do Município de Natal/RN, a qual dispõe, em seu art. 7, incisos II e X, que: Art. 7º Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles.

Outrossim, não se vislumbra qualquer óbice legal ou constitucional que impeça o regular prosseguimento do Projeto de Lei apresentado.

### III – DO VOTO

Ante o exposto, o Projeto de Lei reveste-se de boa forma constitucional, legal e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido, razão pela qual está relatoria emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto.

Sala das Comissões, 21 de julho de 2023.

Vereador Relator **RANIERE BARBOSA**

**Rilke Barth Amaral de Andrade**  
Advogado - OAB/RN 8.237

2

3



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI  
Número: 304/23  
Folhas: 12

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI      ( ) RESOLUÇÃO      ( ) DECRETO LEGISLATIVO  
( ) EMENDA À L.O.M.      ( ) VETO      ( ) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
( ) PROCESSO      ( ) EMENDA

Nº 304/23

Autor(a) Vereador(a): Herlith Senna

Chefe do Executivo: ( )

Relator(a) Vereador(a): Raniere Barbosa

CMN - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA: 18

VOTO DE DIVERGÊNCIA: \_\_\_\_\_

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: \_\_\_\_\_

VOTO DO RELATOR: Favorável

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2023.

Vereadora Nina Souza  
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Raniere Barbosa  
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Brisa Bracchi  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Camila Araújo  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Klaus Araújo  
Membro

- ( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Kleber Fernandes  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Preto Aquino  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

2

3

GMN - PROJETO DE LEI  
Número: 30412028  
Folhas: 13

GMN - PROCESSO  
Nº 17124  
FOLHA: 19

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E  
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Arnoldson Leles

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS  
INICIANDO EM, 03 08 23

  
VER. RANIERE BARBOSA  
PRESIDENTE

2

2

**PARECER JURÍDICO PARA COMISSÕES TÉCNICAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**

**PARECER LEGISLATIVO**

CMN - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA: 22

**Objeto:** Projeto de lei **304/2023**

**Interessado:** Vereador Herbeth Sena

**EMENTA**

*“DISPÕE SOBRE PRAZO DE VALIDADE DOS  
MEDICAMENTOS NAS AQUISIÇÕES ONEROSAS DE  
MEDICAMENTOS REALIZADAS PELA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”*

**FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Trata-se de matéria de Projeto de Lei, apresentada pelo Herbeth Sena, o qual dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal.

Primeiramente, analisando o projeto de lei em questão, foi verificado a ausência de similaridade em outras proposições referente a mesma matéria.

No teor do texto do projeto em questão traz a seguinte justificativa:

COMISSÕES TÉCNICAS  
**RECEBIDO**  
Em 29/08/2023

*“Art. 1º Veda o recebimento de medicamento com prazo de validade inferior a 18 meses, a contar da data da entrega do produto nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas*

2

2



*Art. 2º Veda o recebimento de medicamento de uso imediato que tenha ultrapassado 25% do seu prazo de validade nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela Administração Pública Municipal.*

CIMA - PROCESSO  
Nº 17104  
FOLHA: 11

A Constituição Federal, em seu artigo 30, "caput" e incisos I e II, dispõe que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar à legislação federal e estadual, no que couber.

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - Legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

A mesma, também estabelece importância relativa a saúde pública, tendo o Estado, como seu garantidor principal citado nos artigos a seguir:

*"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

*Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.*

*Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*

*I - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*

*II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;*

*III - participação da comunidade."*

Por outro lado, na Lei Orgânica do Município de Natal/RN CITA:

**Art. 5º,**

*§1º, inciso I, assegura a Câmara Municipal a legislar sobre matérias de interesse da Cidade do Natal, desde que não fira a disposição constitucional e não adentre na competência*

2

2

*Art. 5º O Município tem competência privativa, comum e suplementar.*

*§ 1º Compete, privativamente, ao Município:*

CMN - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA: 11

*I - Prover a administração municipal e legislar sobre matéria de interesse do Município, que não fira disposição constitucional.*

*Art. 7º Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles;*

*I - Zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência públicas;*

Dessarte, a matéria tem como objetivo, estabelecer um critério temporal para o recebimento de medicamentos pela rede pública municipal de saúde do Natal, a fim de evitar o descarte de medicamentos vencidos e não utilizados pela população, tal projeto de lei além de ser benéfico para população, também beneficia a máquina pública, evitando despesas geradas pela recompra de novos lotes de medicamentos para repor os estoques vencidos e não utilizados pela mesma.

### **PARECER**

Neste sentido, verifico que o presente projeto de lei, encontra-se juridicamente consistente, motivo pelo qual entendo pela **constitucionalidade** do mesmo.

### **CONCLUSÃO**

Pelo Exposto, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei.

Natal, 29 de Agosto de 2023.

2

3



**Anderson Lopes**  
Vereador – Solidariedade

CMN - PROCESSO  
Nº 17124  
FOLHA 23

C

C

1000



CIVIL - PROCESSO  
Nº 304/23  
FOLHA 13

CIVIL - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA 25

**COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

DESIGNO O VEREADOR (A) Aurelo Neres

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS  
INICIANDO EM, 28/09/23

  
VER. HERBERTH SENA  
PRESIDENTE



**Projeto de Lei nº 304/2023**  
**Interessado: Herberth Sena**

**PARECER**

CMA - PROCESSO  
17124  
FOLHA 06

"Parecer da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social sobre o Projeto de Lei nº 304/2023 de autoria do vereador Herberth Sena, que dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal. **VOTO PELA APROVAÇÃO.**"

**I - DA FUNDAMENTAÇÃO**

Vem ao exame desta Comissão, o projeto de lei 304/2023 de autoria do vereador Herberth Sena, que "Dispõe sobre prazo de validade dos medicamentos nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal".

Em seus 03 (três) artigos o PL nº 304/2023, assim dispõe (i) veda o recebimento de medicamento com prazo de validade inferior a 18 meses, a contar da data da entrega do produto nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela administração pública municipal (art. 1º); (ii) Veda de recebimento de medicamento de uso imediato que tenha ultrapassado 25% do seu prazo de validade nas aquisições onerosas de medicamentos realizadas pela Administração Pública Municipal. Define medicamento de uso imediato (art. 2º e parágrafo único), (iii) vigência (art. 3º).

De acordo com o autor, a proposição em apreço visa contribuir para que os medicamentos adquiridos com recursos municipais próprios ou transferidos sejam recebidos pelas unidades de saúde com maior prazo para sua utilização. Tal medida objetiva, ainda, que não haja desperdício de recursos públicos pelo descarte de medicamentos por vencimento do prazo de validade antes da necessidade de sua utilização.

O direito à saúde, como direito social, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988, erigido como direito fundamental, requer a intervenção direta

**GABINETE DO VEREADOR AROLDO ALVES**

Câmara Municipal de Natal Rua Jundiá, 546 – Tirol – Natal/RN

Contato: 84 8813-300 / 8895-0050 Email: [assessoriaaroldoalves@gmail.com](mailto:assessoriaaroldoalves@gmail.com)

COMISSÃO TÉCNICA  
NATAL 16/10/23  
FR

dos entes federativos, mediante políticas públicas que assegurem o acesso da população aos serviços de saúde, como forma de promoção, proteção, recuperação e dignidade da pessoa humana.

A Constituição Federal atribuiu competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII), e aos Municípios para legislar sobre os assuntos de interesse local, podendo suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber (art. 30, I e II).

Nesse sentido, a necessidade de cuidar da saúde deve ser missão precípua de toda gestão pública. Sendo que, a adequada assistência à saúde se caracteriza não só pela prevenção, mas também pelo atendimento eficiente e recebimento e utilização de medicação apropriada por aqueles que recorrem ao sistema público de saúde.

Assim, tal proposição legislativa se reveste de muita importância para evitar desperdícios e aumentar a oferta de medicamentos nas unidades de saúde, tendo em seu estoque medicamentos com mais tempo para o consumo da população.

## II – DO VOTO

Assim, após análise do referido projeto, concedo **PARECER FAVORÁVEL**, pelo fato de o mesmo não estar eivado de vícios de inconstitucionalidade, não contrariar interesse público.

Natal/RN, 16 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

  
**Aroldo Alves da Silva**  
**VEREADOR**

CMN - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA: 29

C

C



2

3



*Câmara Municipal de Natal*

A casa do povo. A sua casa.

**Projeto de Lei : N° 304/2023**

**INTERESSADO: Ver. Herbert Sena**

**DESPACHO**

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **Fim Trâmite**, apto ao Plenário.

Natal, 17 de outubro 2023.

*pp Arivaldo O. de Aguiar*

**Fabiana Benicio Azevedo**

Assistente Técnica

Mat. 5418887

2

3



CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 304/2023  
FOLHA: 24

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO  
MESA DIRETORA

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

### Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 304/2023  
☐ Projeto de Lei Complementar  
☐ Projeto de Resolução  
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica  
☐ Processo  
☐ Emenda  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

### Resultado da Votação:

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão  
☐ Aprovado em 2ª Discussão  
☐ Aprovado em Votação Única  
☐ Aprovado em Regime de Urgência –  
Dispensa de Interstício

- ☐ Aprovado o Parecer da CCJ  
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ  
☐ Mantido o Veto  
☐ Rejeitado o Veto  
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

### Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 20 de DEZEMBRO de 2023.

  
Presidente.

CMN - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA: 30



2

2



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

LISTA DE PRESENTES EM SESSÃO			
Nº	VEREADOR	PRESENTE	AUSENTE
01	ALDO CLEMENTE	X	
02	ANA PAULA	X	
03	ANDERSON LOPES		X
04	AROLD ALVES	X 2	
05	BISPO FRANCISCO DE ASSIS	X 3	
06	BRISA BRACCHI	X 4	
07	CAMILA ARAÚJO		X
08	CAMILA DO JUNTAS	X 5	
09	CHAGAS CATARINO	X 6	
10	DANIEL VALENÇA		X
11	DICKSON JR.	X 7	X
12	ERIBALDO MEDEIROS	X	X
13	ERIKO JÁCOME	X 8	X
14	FELIPE ALVES		X
15	HERBERTH SENA	X 9	
16	HERMES CÂMARA		X
17	JULIA ARRUDA	X 10	
18	KLAUS ARAÚJO		X
19	KLEBER FERNANDES	X 11	
20	LUCIANO NASCIMENTO		X
21	MARGARETE RÉGIA	X 12	
22	MILKLEI LEITE	X 13	
23	NINA SOUZA	X 14	
24	NIVALDO BACURAU	X 15	
25	PEIXOTO	X 16	
26	PRETO AQUINO		X
27	RANIERE BARBOSA		X
28	ROBSON CARVALHO		X
29	TÉRCIO TINOCO	X 17	
TOTAL			X

Sala das Sessões, em Natal, 20 / 12 / 2023.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO


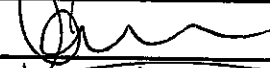

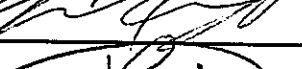

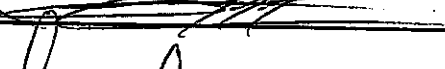




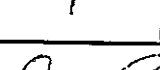

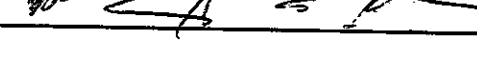
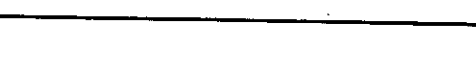
**REQUERIMENTO**

CMN - PROJETO DE LEI

Nº 304/23

FOLHA: 26

Nós, abaixo-subscritos, **VEREADORES** componentes de este Poder Legislativo, **REQUEREMOS**, nos precisos termos dos Arts. 196 e 197, §§ 1º e 3º, da **RESOLUÇÃO Nº 337/05, URGÊNCIA E DISPENSA DE INTERSTÍCIO, para tramitação das matérias listadas em anexo.** Para colher assinaturas dos Senhores Vereadores e Vereadoras.

1. 	16. _____
2. 	17. _____
3. 	18. _____
4. 	19. _____
5. 	20. _____
6. 	21. _____
7. 	22. _____
8. 	23. _____
9. 	24. _____
10. 	25. _____
11. 	26. _____
12. 	27. _____
13.  PSDB	28. _____
14. 	29. _____
15. _____	<b>TOTAL DE ASSINATURAS: (____)</b>

Sala das Sessões, em Natal, 20 de dezembro de 2023.

**APROVADO**  
EM 20/12/2023  
Presidente

Hermes Câmara  
Vereador – PSDB

CMN - PROCESSO  
Nº 17124  
FOLHA: 30

2

2



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 304/23  
FOLHA: 24

**MATÉRIAS PARA APRECIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA**

Nº da Proposição	Autor
Projeto de Lei nº 854/2023	Chefe do Poder Executivo
Projeto de Lei nº 689/2021	Brisa Bracchi
Projeto de Lei nº 120/2022	Tércio Tinoco
Projeto de Lei nº 151/2022	Aldo Clemente
Projeto de Lei nº 219/2022	Felipe Alves
Projeto de Lei nº 585/2022	Kleber Fernandes
Projeto de Lei nº 146/2023	Preto Aquino
Projeto de Lei nº 179/2023	Eribaldo Medeiros
Projeto de Lei nº 279/2023	Raniere Barbosa
Projeto de Lei nº 304/2023	Herberth Sena
Projeto de Lei nº 435/2023	Margarete Régia
Projeto de Lei nº 447/2023	Peixoto
Projeto de Lei nº 582/2023	Anderson Lopes
Projeto de Lei nº 562/2023	Nina Souza
Projeto de Lei nº 586/2023	Daniel Valença
Projeto de Lei nº 647/2023	Camila Araújo
Projeto de Lei nº 676/2023	Klaus Araújo
Projeto de Lei nº 788/2023	Dickson Jr.
Projeto de Lei nº 799/2023	Aroldo Alves
Projeto de Lei nº 831/2023	Julia Arruda
Projeto de Lei nº 832/2023	Camila do Juntas
Projeto de Decreto Legislativo 64/2023	Ériko Jácome

**APROVADO**  
EM 20/12/2023  
Presidente

CMN - PROCESSO  
Nº 17124  
FOLHA: 33

3

3



CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 304/23  
FOLHA: 28

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO  
MESA DIRETORA

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

### Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 304/2023  
☐ Projeto de Lei Complementar  
☐ Projeto de Resolução  
☐ Projeto de Decreto Legislativo  
☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica  
☐ Processo  
☐ Emenda  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

### Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão  
☐ Aprovado em 2ª Discussão  
☐ Aprovado em Votação Única  
☒ Aprovado em Regime de Urgência –  
Dispensa de Interstício  
☐ Aprovado o Parecer da CCJ  
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ  
☐ Mantido o Veto  
☐ Rejeitado o Veto  
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

---

### Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 21 de Dezembro de 2021.

Presidente

CMN - PROCESSO  
Nº 17/24  
FOLHA: 34

٧

٨